



SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A INFÂNCIA EM CONTEXTOS ANTICOLONIAIS

O cotidiano infantil *ngola*-africano

Dayane Augusta Santos da Silva - IFB ¹

Amanda Alves dos Santos - IFB ²

Débora Helena Alves de Oliveira - IFB ³

RESUMO: A partir de registros fotográficos provenientes de arquivos, que retratam crianças angolanas/africanas nas zonas político-militares do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), pretende-se apresentar resultados preliminares de investigações voltadas à elaboração de uma exposição fotográfica, no âmbito do Edital nº 6/2024 (IFB, 2024) do IFB – Projeto Redes Antirracistas, desenvolvido em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Instituto Federal de Brasília (IFB), contando com a gestão administrativa e financeira da Finatec. Nestas áreas militares do MPLA, competências sociais como confiança, lealdade, solidariedade e cumplicidade são ensinadas às crianças por meio de práticas revolucionárias cotidianas, que envolvem a execução de pequenas tarefas. Trata-se de espaços informais onde as fronteiras de pertencimento — sejam religiosas ou étnicas — são diluídas, e as crianças são educadas com base nos direitos e deveres que lhes cabem dentro de um contexto de guerra anticolonial. Assim, o projeto busca integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo o reconhecimento e a valorização das trajetórias, experiências e memórias de estudantes e suas comunidades, ao evidenciar as conexões históricas entre o Brasil e o continente africano, especialmente com Angola. Pretende-se, com isso, fomentar o fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e da identidade dos sujeitos envolvidos, por meio da participação ativa na construção e preservação das memórias de crianças negro-africanas.

Palavras-chave: Infância, luta anticolonial, cotidiano, memória.

ABSTRACT: Based on photographic records from archives, which portray Angolan/African children in the political-military zones of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), the aim is to present preliminary results of investigations aimed at the preparation of

¹ Professora de História no Instituto Federal de Brasília, campus Brasília. Doutora em História Cultural, Memórias e Identidades pela Universidade de Brasília – UnB. Concentra seus interesses nos debates relacionados aos estudos pós-coloniais, historiografia, história contemporânea e discussões de gênero em Angola; educação para as relações étnico-raciais entre Áfricas e Brasil. E-mail: dayane.silva@ifb.edu.br

² Estudante do Ensino Médio Integrado em Informática do Instituto Federal de Brasília, campus Brasília. Bolsista do IFB – Projeto Redes Antirracistas. E-mail: amanda59150@estudante.ifb.edu.br

³ Estudante de Graduação no curso Tecnologia em Gestão Pública, campus Brasília. Bolsista do IFB – Projeto Redes Antirracistas. E-mail: deblenalunah@gmail.com

a photographic exhibition, within the scope of Notice No. 006/2024 of the IFB – Anti-Racist Networks Project, developed in partnership with the Ministry of Racial Equality (MIR) and the Federal Institute of Brasília (IFB), with the administrative and financial management of Finatec. In these military bases, social skills such as trust, loyalty, solidarity and complicity are taught to children through everyday revolutionary practices, which involve the execution of small tasks. These are informal spaces where the boundaries of belonging — whether religious or ethnic — are blurred, and children are educated based on the rights and duties that fall to them within the context of anti-colonial war. The project seeks to integrate teaching, research and extension, promoting the recognition and appreciation of the trajectories, experiences and memories of students and their communities, by highlighting the historical connections between Brazil and the African continent, especially with Angola. The aim is to foster the strengthening of self-esteem, self-confidence and identity of the subjects involved, through active participation in the construction and preservation of the memories of black-African children.

Keywords: Childhood, anti-colonial struggle, daily life, memory

Infâncias anticoloniais, as crianças e a guerra em angola

No contexto da história do Brasil, por muito tempo, o trabalho infantil foi uma constante. Nos anos de 1930, por exemplo, na Primeira República, a infância foi tempo de obrigações e trabalho. As crianças começavam a trabalhar desde cedo, muitas delas prematuramente adultizadas, como forma de complementar a renda familiar. Neste período, é corrente as imagens de crianças e trabalhadores adultos nas fábricas, submetidos a jornadas de trabalho exaustivas, com mais de 12 horas de trabalho, em condições degradantes. Quero dizer que o trabalho infantil como um todo, e, especificamente o trabalho infantil negro no Brasil, é de longa data e até hoje constitui-se enquanto herança da escravidão em nosso país.

No continente africano, em países de colonização portuguesa, como em Moçambique e Angola, o dia 01 de julho foi instituído como o dia da criança africana. Data referida como forma de lembrar que os infantes têm dores, necessidades e lutas específicas. Já que, ao longo do tempo, dado o contexto de colonização pelo qual passaram estes países, muitas dessas crianças foram vítimas de violência, assédio, de pobreza e desnutrição. Não à toa, nas últimas décadas do século XX, no continente africano, “a pesquisa sobre a infância aumentou em paralelo com a atenção filantrópica e humanitária prestada aos direitos das crianças muito por influência da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC)” (Lopes, 2018, p. 8). E, no século XXI, o interesse pela temática cresceu principalmente em vista dos estudos que envolvem os temas de trabalho infantil, sobrevivência infantil, adoção, abusos, crianças migrantes e refugiadas.

E, talvez, destes aspectos mencionados, decorra também a longa história de desumanização de crianças negras em nosso país, percebidas ainda a partir de imagens estereotipadas e de espaços subalternizados. Muitas delas lidando com racismos de diferentes

ordens no cotidiano escolar. Trata-se de discussão que tangencia o debate da representação do negro na sociedade brasileira, uma vez que tanto a criança como homens e mulheres negros foram reduzidas a espécies imperfeitas no contexto da colonização europeia nos referidos países.

Em vista disso, no âmbito de um projeto maior, pretendemos realizar uma exposição fotográfica no Instituto Federal de Brasília, campus Brasília, com o objetivo de descrever e analisar o cotidiano e as atividades das crianças negro-africanas na sociedade colonial angolana, em um contexto de luta anticolonial, marcado por diversidade de diferentes ordens: culturais, étnico-raciais, sociais, geográficas, econômicas e políticas; e também de desvelar o universo histórico infantil em uma perspectiva de afirmação da identidade negro-africana na sociedade brasileira. Trata-se de histórias cruzadas.

A proposta aqui em cena cruza-se com o tema da tese de doutorado da pesquisadora e professora no IFB, Dayane Augusta Santos da Silva, intitulada “Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)” (Silva, 2021). Momento em que, nas pesquisas de arquivos, ao buscar a história das mulheres angolanas, deparou-se com uma série de registros imagéticos de crianças nas bases de um dos movimentos de libertação angolano, hoje partido político, o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. Material analisado de forma tímida e um pouco distanciada e depois, por um despertar desse universo negro infantil, retomado com mais cuidado.

Portanto, para efeitos da exposição, em uma perspectiva mais ampla, e desta apresentação, em particular, pretende-se demonstrar 1) como se organizavam os cotidianos das crianças, em termos educacionais, em função do colonialismo português; 2) o contexto anticolonial que moldou o cotidiano das crianças como um todo e nas bases dos movimentos de libertação, mais particularmente o MPLA; 3) quais as atividades das crianças nestas zonas, como elas viviam, expressavam-se, brincavam, etc. 4) como se reconstitui esse universo, de forma cruzada, a partir de vivências atuais, e no mundo contemporâneo.

Infâncias, vida e trabalho nas zonas político-militares do MPLA

Sabe-se que Angola conquistou a sua autonomia política e administrativa por meio de uma guerra de guerrilha, de 1961-1974. E à medida que a guerra foi avançando, progressivamente, os movimentos de libertação angolanos que então disputavam com os colonizadores foram conquistando os vilarejos do interior de Angola. Era nesses lugares onde a ideia de Estado Nacional foi forjada pelos movimentos de libertação angolanos, e as crianças, não sem contradições, incluídas neste ideário de nação. As bases dos movimentos de libertação,

entendidas também como regiões libertadas do colonialismo português, são aqui entendidas como regiões político-militares, onde “os movimentos de libertação se estabeleciam e reorganizavam a vida das populações, tanto no que diz respeito ao trabalho, assim como à saúde e a ensino, ao mesmo tempo em que prosseguiam com as operações militares” (Rodrigues, 2010, p. 32). Constituíam pontos isolados e de ruptura com o governo colonial. Muito embora não houve uma regularidade em tais práticas, as bases do MPLA no Congo-Brazaville, por exemplo, em vista da suspensão dos recursos materiais da URSS, passariam por problemas como a fome e a falta de abastecimento, reduzindo e muito sua capacidade de combate. Contudo, o uso desses recursos produtivos exigiu cada vez mais energia humana como forma de manutenção desse estado de guerra.

Neste material referido, a presença de crianças angolanas (negras) figura como algo marcante. Não apenas para referenciar a participação das mulheres angolanas enquanto mães ou conferir prestígio e reconhecimento pelo elevado número de filhos. Mas de forma a demonstrar, como seres sociais, que as crianças também se envolviam na luta e realizavam atividades nas bases dos movimentos de libertação. Nesses espaços, os laços estabelecidos extrapolavam a ideia de consanguinidade ou parentesco.

Localizados nas áreas rurais do interior de Angola, os espaços das bases eram para esses pequenos sujeitos sociais lugar de trabalho, travessuras e costura de redes a fim de suportar um cotidiano marcado pela dureza da guerra e pesadas hierarquias sócio raciais, específicas do contexto colonial (Lopes, 2018). Ressalta-se que muitas dessas crianças não tiveram acesso ao ensino regular, por tratar-se, sobretudo, das áreas rurais de Angola, onde o acesso era dificultado. E mesmo nos centros urbanos existia uma marcante segregação do acesso às escolas e dos espaços escolares entre portugueses e angolanos. Essas crianças não viviam indiferentes aos conceitos e preconceitos estabelecidos no regime colonial, e depois, no período de luta de libertação. A guerra altera o cotidiano dessas populações e, no nível educacional, fortalece redes não formais de espaços educativos. Será nessas zonas que as crianças se juntam para frequentar as aulas, trabalhar, brincar e conviver entre si. Muitas vezes, nesse ambiente, como uma família única, dissolviam-se fronteiras de pertencimentos. Como podemos perceber, nessas áreas, não havia infraestruturas que dessem conta da formação integral dessas crianças. Sem a supervisão dos adultos, esses pequenos desfrutavam de maior liberdade.

Nestes espaços, além da frequência nas escolas revolucionárias, participar em outras tarefas configurava-se como parte da educação dessas crianças. O trabalho passava a ser

entendido como um elemento central do próprio modo de pensar e construir o conhecimento nas escolas das zonas libertadas (Gasperini, 1989).

Assim, por meio de registros imagéticos, coletados principalmente nos arquivos de Angola/Luanda, pretende-se explorar o universo infantil angolano e, como dito anteriormente, conferir visibilidade a este cosmo por meio de uma exposição de fotografias de arquivo representando crianças angolanas no período de luta pela independência (1961-1974) a ser apresentada/exibida no período de 1 mês no Instituto Federal de Brasília, campus Brasília.

É proposta que busca o cruzamento entre as modalidades de ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que o Projeto Político Institucional do IFB prevê a necessidade dos professores e estudantes estarem envolvidos em atividades extraclases, espaços não formais de aprendizagem, que levem a ter curiosidades, inquietações, conhecimentos e colaborem para uma formação humana, integral e cidadã. Cabendo assinalar, ainda, a prerrogativa da Resolução n° 007 – 2012/CS-IFB (IFB, 2012), em seu artigo 1º, que além de tratar da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, assegura a troca de saberes sistematizados, a produção do conhecimento a partir do confronto com a realidade e a participação efetiva da comunidade de modo a democratizar os conhecimentos produzidos em meio acadêmico. Tal artigo versa sobre tarefas centrais a serem cumpridas as quais este projeto busca, ao privilegiar temáticas como a cultura e a educação.

Além disso, esta proposta relaciona-se ainda com o Decreto n° 4.886, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003), que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, na afirmação do caráter pluriétnico da sociedade brasileira. Mais particularmente, no que diz respeito a implementação de ações que assegurem de forma eficiente e eficaz a efetiva proibição de ações discriminatórios em ambientes de trabalho, de educação, entre outros, respeitando-se o direito dos afro-brasileiros, no exercício dos direitos culturais ou de qualquer outro direito ou garantia fundamental.

Então, em termos mais amplos, a ideia é adentrar o universo infantil angolano e explorar suas especificidades, a partir de um movimento de luta, como foi o da disputa pela independência de Angola. Um período recente da história e pouco conhecido entre os estudantes brasileiros, apesar dos 20 anos da Lei n° 10.639/2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, e desdobra-se na Lei n° 11.645/2008 (Brasil, 2008).

Trata-se de oportunidade de humanizar as crianças negras e, não apenas, também trabalhar com a autoestima da população negra como um todo valorizando sua história, como sujeitos históricos ativos. Estes registros fotográficos consistem em uma multiplicidade de

vozes que nos traz o desafio de romper com a ideia de uma história única sobre o continente africano, o povo negro e suas crianças.

As infâncias aqui assinaladas não são homogêneas, têm contradições e ambiguidades. O que as fotografias invocam é exatamente aquilo que não é mostrado. Ou seja, trata-se de microcosmos que apresentam semelhanças, distinções e peculiaridade distintas do universo materno, ainda que muitas vezes retratado em referência a este. As crianças não foram sujeitos passivos nesta história e recriaram constantemente uma zona de “atemporalidade” como forma de viver/preservar experiências, para insistir no que potencialmente pudesse ser permanente, daí o interesse em visibilizar essas histórias, por meio das narrativas fotográficas, prioritariamente com enfoque nos agenciamentos infantis negro-africanos. Trata-se de proposta engajada na luta antirracista, que de igual modo afeta negros africanos, na sociedade brasileira. A intenção é dialogar com registros orais, fotográficos e impressos que tragam à tona a história dessas crianças negro-africanas.

Resultados esperados

Pretende-se produzir uma exposição de crianças angolanas/africanas a partir de registros fotográficos de arquivo, em perspectiva interseccional de gênero e raça, como forma de contribuir para a divulgação e valorização da história das crianças africanas no Distrito Federal. Propõe-se, ainda, apresentar resultados prévios da pesquisa em eventos internos do IFB e outras instituições federais, ou em publicações científicas por meio de artigo produzido sobre o tema em cena e, quem sabe, a escrita de um e-book a ser publicado pela editora do IFB. Por tratar-se de exposição fotográfica, tenciona-se produzir um pequeno catálogo na forma de folheto, ou mesmo virtual, para as demais fotografias que não entrarem em exposição, por falta de verbas.

Na articulação das modalidades do ensino, da pesquisa e da extensão, almeja-se que os estudantes e suas comunidades percebam suas histórias, experiências e memórias de forma positivada, compreendendo a articulação da nossa história com a do continente africano, mais particularmente, com Angola.

Espera-se ainda que a participação no processo de construção e preservação das histórias e memórias da crianças negro-africanas, em seu sentido mais amplo, estimule nos sujeitos envolvidos o fortalecimento da autoestima, autoconfiança e identidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 21 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

GASPERINI, Lavinia. A educação nas “zonas libertadas” pela Frelimo antes da independência. Em: **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Roma: Edizioni Lavoro, 1989.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Resolução nº 007, de 31 de janeiro de 2012. Estabelece as normas gerais para as ações de extensão no âmbito do Instituto Federal de Brasília - IFB. **Diário Oficial da União**. Brasília, 31 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/index.php/institucional/conselho-superior/resolucoes/92-institucional/resolucoes/2939-resolucoes-2012>>. Acesso em: 25 out. 2025.

LOPES, Cristina Maria Gomes. **A Infância em Contexto Colonial: Os Quotidianos das Crianças na Sociedade**. 2018. Dissertação (Mestrado em XXX) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

RODRIGUES, Limbânia Jimenez. **Heroínas de Angola**. Luanda: Mayamba, 2010.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. **Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial**. 2021. Tese (Doutorado em XXX) - PPGHIS, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.